

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio de Estado

Class.: 624

Data: 18/07/84

Pg.: _____

“Capitão” Ramão 4468 vai explicar-se em Brasília

O “capitão” Ramão Machado deverá ir a Brasília para ter uma conversa detalhada sobre a situação indígena na região de Dourados com o presidente da Funai Jurandy Fonseca. A informação foi revelada ontem pelo delegado da entidade no Mato Grosso do Sul, Chafic João Thomaz que ainda não transmitiu esse “recado” ao indígena que se encontra afastado da cidade, pescando na região de Aquidauana.

Ao mesmo tempo em que revelou essa determinação do presidente da Funai, Chafic Thomaz falou também sobre os conflitos que vêm ocorrendo na aldeia Caiuá em Dourados, baseado em denúncias veiculadas ultimamente pelo jornal Correio do Estado. Segundo ele “não existe nada de novo” na crise que envolve as comunidades indígenas daquela região. Afirmou isto com base em “conversas rotineiras” que mantêm com o chefe do Posto de Dourados Izanoel dos Santos Sodré.

Chafic Thomaz negou-se a admitir que esteja ocorrendo novos fatos de violência entre os índios Caiuá, Guarani e Terena, pois as informações que tem recebido da área não atestam as denúncias formuladas ontem pela imprensa, quando o índio Jorge Paredes acusou mais uma vez o “capitão” Ramão Machado de promover o “clima de violência” na reserva.

DENÚNCIAS DE MEIA DÚZIA

O delegado da Funai em Campo Grande foi enfático ao afirmar que o movimento “político” dos índios em Dourados que “culmina sempre com as mesmas denúncias, pois não há fatos novos” é feito por uma “meia dúzia de indígenas”. Para diminuir ainda mais a importância das revelações de violências ocorridas na região, Chafic Thomaz frisou que a comunidade soma cerca de 4.700 indígenas, sendo os reclamantes, portanto, minoria sem representação.

O delegado disse que a Funai está preocupada com a situação das comunidades em Dourados, mas mediante os fatos afirmou que a entidade pode “apenas mediar” e não interferir nas questões internas das reservas. “Ela tem que proteger tanto a vítima como o acusado”, ressaltou. Em relação às constantes denúncias contra Ramão Machado veiculadas na imprensa da Capital e

do Interior Thomaz mais uma vez foi enfático lembrando que “o esperado pela sociedade é uma punição ao denunciado”, mas “a Funai de forma alguma vai adotar uma medida drástica contra um elemento da comunidade indígena”.

REGRAS E PENAS PRÓPRIAS

Depois de deixar claro o seu posicionamento sobre os conflitos indígenas no Posto de Dourados e limitar-se a dizer que a “Funai está preocupada”, o delegado disse que as comunidades têm condições e devem solucionar seus problemas entre os seus próprios membros. Quanto ao índio Lídio Assis que teve na semana passada sua casa incendiada, Chafic não fez qualquer abordagem dizendo apenas não ver procedência na denúncia, pois “o chefe do PI de Dourados não me revelou fatos novos”.

O delegado praticamente “absolveu” Ramão Machado ao afirmar que as denúncias relacionadas ao incêndio da casa de Lídio Assis ocorrem exatamente no momento em que o “capitão” está ausente da reserva. “Ele encontra-se pescando na região de Aquidauana”, disse.

A insistência do delegado da Funai sobre a impossibilidade da entidade intervir nas questões internas indígenas enquanto tudo girar em torno de denúncias, transformase num posicionamento definitivo. E para isso ele invocou o Estatuto do Índio, no seu artigo 57 onde diz que “será tolerada a aplicação pelos grupos tribais, de acordo com as instituições próprias, de sanções penais ou disciplinares contra seus membros, desde que não revistam caráter cruel ou infamante, proibida em qualquer caso a pena de morte”.

Quanto ao policiamento violento mantido na reserva por Ramão Machado, Chafic Thomaz lembrou que pouco adiantam as denúncias nesse sentido, uma vez que é impossível contornar a situação. “Mesmo que pedíssemos para que a Polícia Federal fizesse a captura de armas essas apareceriam no dia seguinte como aconteceu de outras vezes”, afirmou. Classificou também os conflitos do Posto Indígena de Dourados como “políticos” e até mesmo de “espaço”, pois a disputa pelo poder é acirrada entre os grupos “e além disso a terra – 3.400 hectares – já não comporta mais a comunidade – 4.700 pessoas”, finalizou.